



**FACULDADE DE TEOLOGIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS GAMALIEL
CENTRO EDUCACIONAL E CULTURAL DA AMAZONIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

CIRLENE DE SOUZA MARQUES

**O DESAFIO DE ALFABETIZAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA,
MOTIVAÇÃO NO USO DE METODOLOGIAS APROPRIADAS É O
CAMINHO?**

Tucuruí – PA
2021



**FACULDADE DE TEOLOGIA, FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS GAMALIEL
CENTRO EDUCACIONAL E CULTURAL DA AMAZONIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

CIRLENE DE SOUZA MARQUES

**O DESAFIO DE ALFABETIZAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA,
MOTIVAÇÃO NO USO DE METODOLOGIAS APROPRIADAS É O
CAMINHO?**

Artigo Científico, apresentado ao Curso de Pedagogia, da Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel-Fatefig, como Trabalho de conclusão de Curso de Pedagogia, sob a orientação do Prof. Mílvio da Silva Ribeiro.

Tucuruí – PA
2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Após defesa essa ficha deverá ser solicitada na Biblioteca da Faculdade Gamaliel, no e-mail: biblioteca@gamalielvirtual.com.br e impressa no verso da folha de rosto. E finalmente, após aprovação deve ser impresso em capa dura, cor azul, letras douradas ou branca. Contendo as informações da capa do trabalho.

CIRLENE DE SOUZA MARQUES

**O DESAFIO DE ALFABETIZAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA,
MOTIVAÇÃO NO USO DE METODOLOGIAS APROPRIADAS É O
CAMINHO?**

FOHA DE APROVAÇÃO

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, da Faculdade de Teologia, Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel-Fatefig.

DATA DA APROVAÇÃO: ____/____/____.

Primeiro componente

Primeiro componente

Primeiro componente

Graduanda

Tucuruí – PA

2021

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. LDB nº 9394/1996	8
2. CONCEITO DE METODOLOGIA DE ENSINO NA ALFABETIZAÇÃO	11
3. AS TECNOLOGIAS COMO RECURSO METODOLÓGICO PARA ALFABETIZAÇÃO DURANTE A PANDEMIA.....	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS.....	18

O DESAFIO DE ALFABETIZAÇÃO EM TEMPO DE PANDEMIA, MOTIVAÇÃO NO USO DE METODOLOGIAS APROPRIADAS É O CAMINHO?

Cirlene de Souza Marques¹
cirlenemarquesmarques@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho sobre a metodologia na alfabetização, um desafio durante a pandemia levanta a importância de analisar os procedimentos dos educadores durante a organização do planejamento anual nesse período da pandemia. O objetivo geral é analisar a necessidade de metodologias que visam dar motivação aos alunos de alfabetização durante a pandemia e os específicos: identificar na LDB o que prioriza a educação e a necessidade de metodologias usadas para incentivar o processo ensino e aprendizagem das crianças; observar o conceito da metodologia de ensino na alfabetização e; incentivar a dinamização de metodologias utilizando diversas ferramentas a fim promover o processo ensino e aprendizagem. Para tanto foi usada a metodologia bibliográfica, qualitativa e dialética. Resultando na interpretação literária, chegou-se à conclusão que a alfabetização precisa de argumentação metodológica que traga inovação e motivação às crianças a fim de atrair sua atenção e estimular o processo ensino e aprendizagem, onde os educadores terão a responsabilidade de investir em conhecimentos tecnológicos e ao ministrar as aulas, respeitar os limites individuais de cada criança matriculada na escola.

Palavras-chave: Alfabetização; Educador; Metodologia; Tecnologia.

ABSTRACT

The present work about the methodology in literacy, a challenge during the pandemic raises the importance of analyzing the educators' procedures during the organization of the annual planning during this period of the pandemic. The general objective is to analyze the need for methodologies that aim to motivate literacy students during the pandemic and the specific ones: to identify the LDB that prioritizes education and the need for methodologies used to encourage the teaching and learning process of children; to observe the concept of teaching methodology in literacy and; to encourage the dynamization of methodologies using various tools in order to promote the teaching and learning process. To this end, the bibliographic, qualitative, and dialectic methodology was used. Resulting in the literary interpretation, the conclusion was reached that literacy needs methodological arguments that bring innovation and motivation to children in order to attract their attention and stimulate the teaching and learning process, where educators will have the responsibility to invest in technological knowledge and when teaching the classes, respect the individual limits of each child enrolled in school.

Keywords: Literacy; Educator; Methodology; Technology.

¹Formanda em Pedagogia pela Faculdade Gamaliel, Tucuruí-PA, 2021.

INTRODUÇÃO

É preciso fazer uma reflexão sobre esse tema tão significativo para nossa contemporaneidade, a alfabetização, sendo que, segundo Freire (2013, p. 25) “a arte de ensino inexistente sem aprender, logo precisamos do nosso aluno e conseqüentemente necessitamos do educador para realizar o processo de ensino”.

Sendo a realidade vivida neste período do século XXI, ano de 2020, a pandemia da COVID-19, a alfabetização passou a ser um desafio para as instituições de ensino haja vista a necessidade de se reinventar e realizar ações de motivação e atração aos pequenos alunos dessa área de estudo.

Não está sendo fácil, muitos autores, como Meneses, França e Lopes falam que estamos numa eterna busca de estratégias metodológicas para promover o ensino e aprendizagem, este não estão errados, pelo contrário, essa busca precisa existir e favorecer o educador a estudar cada vez mais atrás de ferramentas que visam promover esse ensino na alfabetização.

Esse desafio de realizar metodologias para alfabetização motivou essa pesquisa, visto que por muitos anos na escola se fazia o planejamento, estabeleciam-se os objetivos e se organizava as metodologias, sendo que tínhamos a criança presente, participando e podíamos medir e visualizar quando não estava tendo êxito no processo ensino e aprendizagem.

Contudo, com a pandemia a comunidade escolar está passando por mudanças relevantes, podemos planejar e organizar os objetivos, porém, a metodologia precisa de mais criatividade e requer um educador cativante e persistente, além do mais não temos como saber se está tendo o feedback promovido durante as aulas, pois, a criança está em seu lar, tendo como suporte o responsável.

Para Freire (2013, p. 28) o “educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente incentivar e orientar o aluno em sua criticidade deste pequeno, por exemplo, a partir da alfabetização”.

Com isso, é singular que os educadores durante a pandemia redirecionem sua prática metodológica da sala de aula para novas atividades, uma vez que a ferramenta tecnológica é a indicação para o momento em que todos estão se reinventando.

Diante do exposto, vimos a relevância em realizar uma pesquisa sobre metodologias para alfabetização durante a pandemia visto que, o educador vai direcionar sua conduta em buscar novos conhecimentos e, com certeza deverá descobrir novas habilidades para atender as crianças da alfabetização.

Assim, surgiu a ideia de estudar sobre as metodologias para alfabetização durante a pandemia, uma vez que estamos restritos da convivência diária com os nossos alunos e estes têm uma energia fenomenal, solicitando do corpo docente muita criatividade e inteligência para atender a alfabetização com muita eficiência.

Assim, a problemática do artigo será: Quais as metodologias indicadas para motivar as crianças da alfabetização durante esse período de pandemia mundial?

Para compreender esse desafio temos como objetivo geral analisar a necessidade de metodologias que visam dar motivação aos alunos de alfabetização durante a pandemia. E, específicos: identificar a Lei que prioriza a educação e a necessidade de metodologias usadas para incentivar o processo ensino e aprendizagem das crianças; observar o conceito da metodologia de ensino na alfabetização e, incentivar a dinamização de metodologias utilizando diversas ferramentas a fim promover o processo ensino e aprendizagem.

Iremos usar a metodologia bibliográfica, qualitativa e dialética a fim de realizar analogias entre as ideias dos autores sobre essa realidade vivida pelos educadores em relação a alfabetização durante a pandemia.

Sendo um assunto contemporâneo e necessário para abrir caminhos para realizar atividades que venham a promover o feedback entre professor e alunos na alfabetização, o presente trabalho iniciará uma abordagem à LDB n° 9394/1996, seguida do estudo sobre o conceito de metodologia de ensino na alfabetização e, finalizar-se-á sobre as tecnologias como recurso metodológico para alfabetização durante a Pandemia.

1. LDB n° 9394/1996

Segundo Cunha (2009, p. 135):

A Constituição de 1988 destacando o princípio de federalismo que atinge o município, reconhecendo-o como ente autônomo e conseqüentemente, dando-lhe a autonomia de organizar o seu sistema, a municipalização do ensino fundamental como política somente foi efetivada em termos consideráveis no contexto brasileiro a partir da nova engenharia política de financiamento estabelecida em 1996, que foi capaz de induzir a descentralização da gestão deste nível de ensino, através da Emenda Constitucional 14, de 12 de setembro de 1996, que criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) e a aprovação da LDB 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996 caracteriza um novo momento de transição para a educação brasileira, foi denominada “Lei Darcy Ribeiro” em homenagem ao autor da lei que foi debatida amplamente dentro da Câmara Federal, Governo, partidos políticos, associações educacionais, educadores, empresários e etc.

É importante ressaltar que, as recentes diretrizes e bases da educação nacional não têm o poder, por si só, de alterar a realidade educacional e, de modo especial, a formação inicial e continuada de professores, mas podem produzir efeitos em relação a essa mesma realidade, de tal modo “que, de acordo com Saviani (1990, p. 82), numa avaliação posterior, podem ser considerados positivos ou negativos”.

Ou seja, eis a importância de refletir e debater sobre as questões essenciais sobre a formação do professor implementadas dentro dos municípios na elaboração de metodologias com objetivo de atrair os estudantes para o conteúdo promovido em sala de aula, por exemplo, uma vez que estas cidades tem autonomia dar formação aos professores, como disse Saviani, podem ser considerados pontos positivos ou negativos, nesse caso, será positivo.

A Lei coloca como finalidade da formação dos profissionais da educação “atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando” (BRASIL, 2019, p.56).

Essas fases devem acompanhar criteriosamente, porque para cada fase o estudante vai evoluindo o seu desenvolvimento com o método estabelecido pelo professor, principalmente nesse período de pandemia a partir de 2020 onde se enfrenta um desafio na escolha das metodologias a serem usadas com os estudantes, uma vez que em virtude do contágio se usa as ferramentas tecnológicas como suporte para ministrar as aulas home office.

Segundo Feitosa (2011, p.65);

Ter clareza dos objetivos, de onde se quer chegar é ponto de partida do trabalho educativo. Essa rigorosidade deve estar presente a todo momento. O educador ou educadora que tem um projeto de sociedade emancipador precisa educar nessa perspectiva, daí a necessidade de rigor na adoção de metodologias que cumprem esse papel.

Pelo fato de a LDB ser de inspiração liberal a organização da educação básica não segue uma disposição rígida. Ao contrário, é extremamente flexível e admite diversas configurações para o ensino fundamental e o ensino médio.

Tal flexibilidade está presente também na organização do ensino superior, onde são introduzidos cursos sequenciais e programas de educação a distância, onde a frequência de

alunos e professores obedece à norma específica. A autora faz uma análise sobre a LDB, afirmando que:

[...] a sua elaboração e aprovação, na forma em que se apresenta, somente se tornou possível graças às alterações procedidas previamente na Constituição pela EC 14/06. Ou seja, a Constituição teve que ser (r)emendada para dar amparo legal a vários dispositivos constantes na LDB, e esta buscou menos atender às expectativas da sociedade (representada nos debates que ocorreram durante o processo de sua elaboração, inclusive no Congresso Nacional) que aos interesses do mercado e das agências financiadoras (ou credoras) internacionais. (SILVA, 2003, p. 71).

Nesse sentido, considerando o estudo da (re) alocação de autoridade para as esferas subnacionais, com base no tipo de autoridade transferida, necessário se faz o conhecimento de três categorias apresentadas por Falleti (2006, p. 61-62):

A descentralização administrativa engloba o conjunto de políticas que transferem a administração e a provisão dos serviços sociais como educação, saúde, assistência social e moradia, aos governos subnacionais. A descentralização administrativa pode acarretar a transferência de autoridade na tomada de decisões sobre essas políticas, mas essa não é uma condição necessária [...].

A descentralização fiscal se refere ao conjunto de políticas desenhadas para aumentar as receitas ou a autonomia fiscal dos governos subnacionais. As políticas descentralizadoras fiscais podem assumir diferentes formas institucionais, tais como o aumento de transferências do governo central, a criação de novos impostos subnacionais ou a delegação de autoridade para cobrar impostos anteriormente cobrados pela esfera federal.

A descentralização política é o conjunto de emendas constitucionais e de reformas eleitorais desenhadas para abrir novos espaços - ou acionar espaços existentes, mas não utilizados ou ineficazes - para a representação das sociedades subnacionais. A descentralização política transfere autoridade política ou capacidades eleitorais para atores subnacionais.

A flexibilidade e a descentralização da LDB nº 9394/1996 teve como uma de suas formas de manifestação a municipalização, que consiste em transferir das instâncias centrais as atribuições e responsabilidades da gestão dos serviços do ensino fundamental para as instâncias locais, onde os municípios devem ser responsabilizados pela estrutura física e formação de professores para atender a demanda da sociedade.

Segundo Cunha (2009, p.141 apud Gadotti e Romão,1993) defendiam a constituição dos sistemas municipais de educação como uma exigência da crescente complexidade da sociedade moderna, e o poder local como instância educativa com uma força inédita, capaz de possibilitar aos cidadãos exercerem diretamente o seu papel. Destacavam ainda que a municipalização seguia uma tendência de diminuir o tamanho do Estado agigantado, burocrático, centralizador e ineficaz, que, ao modo dos sistemas nacionais de educação, controlava os espíritos das pessoas, coibindo suas iniciativas pessoais, sendo necessário ampliar a força produtiva da formação dos professores visando atender e reverter a ineficiência deixada pelo Estado.

Diante dessa explanação vê-se a necessidade de implantar no ensino básico uma estrutura na qual o aluno seja a premissa da estrutura da educação municipal, pois, com uma metodologia dinâmica e motivadora o processo ensino e aprendizagem se torna mais atraente e desenvolve uma força produtiva para deixar de coibir as iniciativas das pessoas nas sociedades.

Segundo Feitosa (2011, p.137):

Quando a criança chega à escola, já traz um universo vocabular que pode ser maior e mais complexo, ou menor e menos rico, dependendo da ambiência, ou seja do contexto familiar e social em que ela está inserida. Por mais precário que ele seja, já é suficiente para permitir o diálogo entre o saber escolar e os saberes já construídos na vida. É nesse momento que deveriam se dar muitos outros encontros, pois a escola constitui-se num “âmbito” privilegiado de aprendizagem. É o espaço que promove, ou deveria promover, muitos outros encontros profícuos. É na escola e nos espaços de aprendizagem formais ou não formais de que os conhecimentos empíricos deveriam ser organizados. É lá que novas demandas de aprendizagem devem ser criadas. É a escola que deve aguçar a curiosidade epistemológica latente em todo ser humano.

É nesse universo complexo e dinâmico que as metodologias precisam ser motivadoras, respeitando a riqueza do convívio da criança e incentivando a novos conhecimentos, levando em consideração que neste século XXI estamos convivendo com um imenso desafio, a pandemia da Covid-19, sendo singular termos uma LDB que tem em sua conjuntura a flexibilização necessária para poder superar as adversidades enfrentadas pelos educadores.

2. CONCEITO DE METODOLOGIA DE ENSINO NA ALFABETIZAÇÃO

Segundo Oliveira (2005, p.4):

Em 1549 os primeiros Jesuítas chegaram ao território brasileiro, juntamente

com o Governo Geral criado por D. João III na administração de Tomé de Souza. No Brasil, os Jesuítas se dedicaram educação católica e escolar. Durante o período em que eles estiveram no Brasil, iniciaram suas atividades procurando alcançar os seus objetivos missionários de converter os indígenas, pois dessa forma teriam mais facilidade de penetrar em suas terras.

Esse ensaio educacional pela alfabetização dos indígenas marca o primeiro processo que foi estabelecido aos brasileiros de atividade escolar, com ensaio metodológico.

De acordo com Rosa (2013, p.7), “uma das grandes preocupações de uma nação está relacionada à educação, principalmente a educação escolar, pois são nesses ambientes escolares que o indivíduo se constitui como cidadão”; tendo em vista seu pleno desenvolvimento intelectual desse indivíduo, isso de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/ 96, a nossa Lei educacional que foi instituída para flexibilizar o ensino básico no Brasil.

É fato que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) tem se importado em analisar como acontece o processo de ensino aprendizagem nas escolas públicas, haja vista o índice de reprovação e, especificamente nesse período de pandemia o ensino remoto está sendo alvo de muitas reclamações por parte dos pais e, principalmente por parte dos educadores que não tinham o domínio dessas ferramentas.

Conforme Kubo e Botomé (2001, p.8), “a análise do comportamento metodológico tende a contribuir de forma efetiva no processo de ensino-aprendizagem”. A princípio, deve-se considerar que ensinar e aprender corresponde ao papel do professor e o aluno em sala. Considerando que a análise do ambiente explicitado termo ensinar corresponde ao efeito do que o professor realiza, e o efeito importante é a aprendizagem do aluno.

Nessa realidade, quando analisado o comportamento da criança em sua casa durante a pandemia, vê-se que essa criança não tem o mesmo estímulo de quando está em sala de aula, onde o professor realiza toda uma metodologia para que haja o processo de aprendizagem do conteúdo pela criança.

Na concepção de Almeida (2008, p.10), “os métodos de ensino se consolidaram a partir do momento em que houve mudanças na organização da sociedade”. O desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas ocorreu devido às novas perspectivas educacionais. Os métodos foram se modificando com o passar do tempo e por isso é preciso analisar cada um de acordo com sua época e educadores. O método tradicional integra a abordagem educacional utilizada até meados da década de 1980. A partir desse período, o cenário educacional brasileiro sofre algumas mudanças, onde a partir dos estudos de Emília Ferreiro que defende o método construtivista, nos dias de hoje as ferramentas metodológicas passam pela tecnologia e interação social à distância.

Nos dias de hoje, segundo Antunes (2007, p.22):

As crianças com elevada inteligência linguística apresentam um amplo e surpreendente vocabulário, expressam-se bem e raramente surpreendem os adultos com perguntas e com explicações extremamente lógicas. Essas crianças, em geral, gostam de ler, de escrever e de contar história, e demonstram especial interesse por jogos de palavras, trava-línguas, rimas, charadas e sentenças diversas.

É evidente que há um diferencial muito grande na alfabetização devido a extratificação social das famílias, é fato que quando não é oportunizado a criança estímulo e possibilidade de avançar o seu potencial pessoal, muitas não desenvolvem essa inteligência linguística.

SILVA (2005, p.12), afirma que “um aspecto importante quando são reelaborados os projetos pedagógicos das escolas é a definição de instrumentos compartilhados para diagnosticar e avaliar os alunos”. É necessário pensar em procedimentos metodológicos que assegurem resultados positivos para a aprendizagem, metodologias de ensino que articulem a alfabetização e o letramento dos alunos, valorizando o local de onde estão vindo e estimulando aqueles que tem mais dificuldade.

Há uma grande diversidade de métodos para alfabetização, aprender ler e escrever é uma ação complexa que há a necessidade de muita atenção e disciplina por parte dos educadores, porém, o principal objetivo da instrução básica é a leitura e a escrita a qual determina o sucesso ou fracasso escolar.

Na alfabetização, embora não haja uma intensa cobrança sobre a produção textual do aluno em relação as suas produções de textos, se faz necessário que o mesmo seja incentivado a ter autonomia na criação dos textos, mesmo que essas sejam carregadas de erros ortográficos. Os livros são “muito importantes também para orientar a prática pedagógica, sendo utilizados como ferramentas de suporte da organização de ensino, porém não devem ser vistos como a principal forma de aprendizagem” (FRISON et al, 2009, p.13).

Uma criança motivada e incentivada pode desenvolver sua cognição textual e se sentir valorizada, pois, na alfabetização a auto estima da criança está aguçada e precisa ser alimentada para que esta criança venha a ter autoconfiança e despreendimento em suas ações.

De acordo com Mello (2007, p. 91):

O conjunto de hipóteses elaboradas pelas crianças, denominado de “níveis de conceitualização”, pode ser minimamente categorizado em “distinção entre icônico e não-icônico”, “exigência de quantidade mínima e variedade de caracteres”, “hipótese silábica”, “hipótese silábica – alfabética” e “hipótese alfabética”. Do início ao fim desse processo ocorre um processo de

(re)construção do conhecimento da língua escrita, o qual se dá por meio da interação das crianças com o objeto de conhecimento.

Conhecer a realidade do alfabetizando e quais são as suas dificuldades no decorrer do processo de ensino com a leitura e a escrita é fator determinante para o desenvolvimento do educando, pois “a leitura constitui-se em fator decisivo de estudo, propicia a ampliação de conhecimento, contribui para a descoberta de novos horizontes, enriquecimento do vocabulário e melhor entendimento no convívio social” (SILVA; SILVA, 2018, p.14).

A escola não deve preocupar-se tanto com a aprendizagem, é necessário dar chances a ela para que assim possa construir o seu próprio conhecimento e vivenciar o que precisa aprender, no entanto, “sem esse incentivo ela poderá não sentir realmente interesse para aprender” (JESUS, 2013, p.14).

Cagliari (1998, p.14) afirma que:

há dois métodos de alfabetização, sendo que um é voltado para o ensino e outro para a aprendizagem. O método voltado para o ensino considera o aluno com o um ser passivo que apenas recebe informação do professor, ou seja, o ensino é igual para todos. Já o método que enfoca a aprendizagem aborda processos de reflexão e construção do conhecimento por parte do aluno, isto é, a aprendizagem é diferenciada para cada um. Nesse sentido, os métodos de alfabetização devem permitir que o aluno exponha suas ideias, além de o instigar a produzir e buscar mais informações para o seu aprendizado.

Segundo Freire (2013, p. 65) “o ato educacional é um processo dialético no qual o educando constrói o conhecimento a partir do contexto, fundindo aprendizagem em experiência social numa aventura de aquisição da liberdade”.

Sendo fundamental para formar o conhecimento uma metodologia que respeite o indivíduo individualmente e que, independente de sua origem de classe social receba o respeito necessário para evoluir intelectualmente a partir da escola, na alfabetização com educadores responsáveis e que primam pela formação do cidadão.

3. AS TECNOLOGIAS COMO RECURSO METODOLÓGICO PARA ALFABETIZAÇÃO DURANTE A PANDEMIA

Segundo balanço da Unesco, o Brasil está ao lado de Egito, Marrocos, China, Indonésia, Bangladesh, Índia, Irã, Paquistão, Etiópia e Nigéria, como país com mais de 10 milhões de analfabetos. A Pnad aponta que em 2006 o Brasil tinha 14,9 milhões de pessoas não sabiam ler nem escrever. No Brasil o analfabetismo está concentrado entre os mais pobres, mais idosos,

negros ou pardos (terminologia ainda utilizada pelo IBGE) e em áreas mais pobres. A Pnad “mostra que dos analfabetos, 67,4% eram negros ou pardos, enquanto 32% eram brancos” (IPEA, 2010, p.2).

Por isso, saber ler e escrever é uma condição para que as pessoas possam participar integralmente da sociedade contemporânea, principalmente durante a pandemia, como bem demonstra a necessidade da escolarização e a alfabetização de todos os indivíduos, inclusive as crianças que não tiveram essa oportunidade em sua vida. Assim, conforme Foucambert (1997, p. 12), a importância da leitura e da:

[...] escrita deve ser encarada não apenas em função de seu papel como meio de comunicação e expressão, mas também, e sobretudo, como instrumento de pensamento. De um instrumento adaptado às novas exigências do progresso tecnológico. Se existe uma relação entre o mercado de trabalho e a leitura e, conseqüentemente, a escola, é preciso, nessa nova necessidade global, procurar dar para o maior número possível de pessoas uma formação intelectual que desenvolva a utilização de operações abstratas e, portanto, um domínio melhor da língua escrita, cujo exercício torna viável esse modo de pensamento.

Um pensamento de escrita que quando vem de uma criança deve ser dado o devido valor, promover uma maneira de estimular e viabilizar para dar subsídio para evolução desse cidadão.

Na atual cultura da contemporaneidade que influi diretamente na forma e no conteúdo dos textos que se escrevem e no conhecimento da língua escrita é a tecnologia da comunicação: o computador, a internet, as redes sociais, os jogos de vídeo game e as possibilidades que eles criam para a produção de textos e, portanto, alfabetização. Para Britto (2005, p.51),

O alfabetizado, em princípio seria aquela pessoa que aprendeu, ainda que minimamente, a operar com o sistema de escrita, isto é, enunciar em voz alta (ou em silêncio para si mesmo) seqüências escritas, mesmo que pequenas frases ou listas de palavras isoladas, e de escrever, mesmo que desrespeitando o padrão ortográfico, palavras e frases. A pessoa alfabetizada é capaz de reconhecer a relação entre símbolo, escrita e as formas faladas. Nesse sentido, na acepção atual do alfabetismo, ser alfabetizado é mais do que simplesmente ser capaz de escrever o próprio nome e de reconhecer símbolos isolados, como se fossem desenhos.

Silveira (2001, p.3) afirma que a comunicação na sociedade pós-moderna pressupõe a interação nas redes de informação e que "a maioria da população, ao ser privada do acesso à comunicação mediada por computador, está sendo simplesmente impedida de se comunicar pelo meio mais ágil, completo e abrangente". Para o autor, a "cidadania eletrônica" demanda o

direito de acesso e compartilhamento das redes de comunicação e informação como condição fundamental para o letramento digital.

Esses autores fortalecem a ideia da utilização das tecnologias para serem usadas nas metodologias do ensino da alfabetização, uma vez que a criança é um ser criativo e “curioso”, fica atento para as novas informações.

Cabral Filho (2006, p. 111) afirma que:

a inclusão digital se assemelha, portanto, à ideia de alfabetização digital, numa equivalência com a perspectiva da alfabetização no processo de inclusão social, voltando o foco para aqueles que também se encontram no próprio contexto de exclusão social, acrescentando a temática da tecnologia digital no sentido de somar esforços para atenuar essa diferença.

Para Hansen (2010, p.21):

Respeitar o nível de desenvolvimento das crianças, verificando em primeiro lugar em que ponto do processo de leitura e da escrita os alunos estão e analisar que representações sobre a escrita a criança tem é importante para o professor saber como agir. Não é porque o aluno participa de forma direta da construção do seu conhecimento que o professor não precisa ensiná-lo. Cabe a ele organizar atividades que favoreçam a reflexão da criança sobre a escrita dela, porque é pensando que ela aprende. Não existe o método “Emília Ferreiro”, com passos pré-determinados, os alunos se alfabetizam participando de práticas sociais de leitura e escrita.

É fato que essa construção perpassa também pela exclusão digital, tem uma imensa correlação às formas de desigualdade social, pois, de forma geral, as maiores taxas de exclusão se encontram nos setores de mais baixa renda, onde as crianças não tem acesso a internet e desenvolvimento tecnológico, sendo a escola responsável para abrir essas oportunidades. Porém, nesse período de pandemia, onde a metodologia é promovida através da interatividade digital, muitas crianças ficam alheias, sendo compensadas por atividades digitalizadas em papel.

Um destaque importante nessa questão do uso das tecnologias como metodologia para alfabetizar é dita pelos autores: Hobold (2002), Quartiero (2002), Abranches (2003) e Moraes (2006) que afirmam que a falta de tempo e disponibilidade dos professores para frequentar os cursos, assim como a resistência em inserir o computador em sua prática pedagógica também podem ser considerados aspectos importantes para a subutilização dos computadores no cotidiano escolar. Os mesmos autores chamam atenção também para o número insuficiente de professores-formadores necessários para a continuidade da formação em serviço.

Essa realidade reflete na hora do planejamento escolar, principalmente da alfabetização que os professores sem familiarização com as tecnologias insistem em atividades sem atrativos para as crianças que já tem em sua rotina os “jogos no celular” desde muito pequenas.

Por outro lado, é preciso enfrentar os desafios inerentes à educação formal brasileira de forma democrática, criativa, colaborativa com metas de médio e longo prazos e alcance em larga escala, principalmente em relação a alfabetização. Como afirma Moran (1998, p.15), "nunca tivemos tantas tecnologias fantásticas de comunicação e, ao mesmo tempo, é um desafio encontrar o ponto de equilíbrio entre o deslumbramento e a resistência tão comuns entre muitos educadores". Resistência revelada tanto pelos resultados de inúmeras pesquisas quanto pelos mecanismos de defesa com relação ao enfrentamento das tecnologias por parte de um número significativo de professores de diferentes seguimentos em sua prática profissional.

Porém, esse enfrentamento pelos professores de alfabetização é uma realidade no período de pandemia, tanto é que se vê a elaboração de vídeos educativos, aulas via online com as ferramentas como o google meet, adaptação de jogos pedagógicos e, principalmente a interação digital, onde, independente da classe social, a criança sente-se valorizada e motivada em participar das aulas programadas nesse período de pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de desenvolver metodologias para o ensino da alfabetização durante o período da pandemia foi enfrentado por vários educadores de todas as escolas, públicas e particulares, uma vez que a formação dos professores não teve em seu currículo o uso das tecnologias para ministrar conteúdo.

Visto durante a pesquisa que há a necessidade de dar viabilidade e possibilidade para que os educadores possam ter em sua disponibilidade recursos metodológicos da área tecnológica para atender as aulas virtuais, uma característica deste período da pandemia a partir de 2020.

Sendo a LDB nº 9394/1996 a lei norteadora das diretrizes legais para o ensino básico se estruturar e realizar os planejamentos de acordo com a realidade vivida pelos alunos da alfabetização, respeitando sempre a bagagem e conhecimento da criança trazida de seu convívio social e familiar.

O comportamento da criança em sua casa durante a pandemia nos horários das aulas virtuais não tem o mesmo estímulo de quando está em sala de aula, onde o professor realiza toda uma metodologia para que haja o processo de aprendizagem do conteúdo pela criança.

Sendo relevante para formar a cognição do aluno da alfabetização uma metodologia que respeite o indivíduo e seus limites e que, independente de sua origem de classe social receba o respeito necessário para evoluir intelectualmente a partir da escola, com educadores responsáveis e que primam pela formação do cidadão.

O enfrentamento dos professores da alfabetização é uma realidade no período de pandemia, estudaram e, com suporte de profissionais da área de informática elaboraram vídeos educativos, aulas online utilizando as ferramentas digitais como o google meet, adaptaram jogos pedagógicos aos conteúdos planejados.

Essa interação digital foi relevante para que os professores motivassem e estimulassem os alunos da alfabetização a participar das aulas de uma maneira lúdica, como é esperado nesta fase da educação básica.

Autores como Moran, Freire e outros afirmam a importância do educador da educação básica não se acomodar em sua zona de conforto por estar formado, temos a necessidade de estar aprendendo a aprender novos conhecimentos a fim de podermos ampliar nossa área de atuação.

Esse período de pandemia a partir de 2020 trouxe aos educadores a necessidade de investir em conhecimento tecnológico, na Era Tecnológica do século XXI para ter maiores possibilidades de incentivar, instigar e ministrar conteúdo da alfabetização através de metodologias atrativas para crianças que estão crescendo com as mídias à sua disposição e convívio social, aprimorando o processo ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. P. **Modernidade e formação de professores: a prática dos multiplicadores dos Núcleos de Tecnologia Educacional do Nordeste e a informática na educação**. 2003. 278 f. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ALMEIDA, M. A. P. Métodos alfabetizadores: reflexões acerca da prática pedagógica de uma professora de 1 série do ensino fundamental. – Educação: teorias, metodologias e práticas. **Anais da EDUCERE – PUCPR**, 2008. Disponível em:http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/344_948.pdf. Acesso em: 10/04/2021.

ANTUNES, C. **Inteligência múltiplas e seus jogos: inteligência linguística**, v. 5, 2.ed. Petrópolis-RJ: vozes, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20/12/96**, art. 61. Brasília – DF, 2019.

BRITTO, L. P. L. **Letramento no Brasil**. Curitiba: IESDE, 2005.

CABRAL FILHO, A. V. Sociedade e tecnologia digital: entre incluir ou ser incluída. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, set. 2006. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em: 12/04/2021.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetizando sem o ba-be-bi-bo-bu**. Ed. Scipione: São Paulo, 1998.

CUNHA, M.C., Org. **Gestão Educacional nos Municípios: entraves e perspectivas**. Salvador: EDUFBA, 2009. 366 p. ISBN 978-85-232-0586-7.

FEITOSA, S. C. S. **Método Paulo Freire: A reinvenção de um legado**. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2011.

FOUCAMBERT, J. **A Criança, o Professor e a Leitura**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa** – 46ª edição, RJ: Paz e Terra, 2013.

FRISON, M. D. et al. Livro didático como instrumento de apoio para a construção de propostas de ensino de ciências naturais. **VII ENPEC**. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viiienpec/pdfs/425.pdf>. Acesso em: 10/04/2021.

HANSEN, M. R. B. **O uso das tecnologias (informática) na alfabetização dos alunos de 1º e 2º ano do ensino fundamental**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Mídias na Educação. UFRS, Porto Alegre -RS, 2010.

HOBOLD, C. H. **Atuação do Núcleo de Tecnologia Educacional e a realidade educativa contemporânea**. 2002. 68 f. dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2002.

IPEA. **PNAD 2009: primeiras análises: tendências demográficas**. Comunicados do Ipea, Brasília, DF, n. 64, 13 out. 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101013_comunicadoipea64.pdf. Acesso em: 12/04/2021.

JESUS, A. V. **Relação professor/aluno na educação infantil**. Pedagogia ao pé da letra. 2013. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/relacao-professoraluno-na-educacao-infantil/>. Acesso em: 10/04/2021.

KUBO, O. M.; BOTOMÉ, S. P. Ensino-aprendizagem: uma interação entre dois processos comportamentais. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 5, dez. 2001. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3321/2665>. Acesso em: 10/04/2021.

MELLO, M. C. de O. O pensamento de Emilia Ferreiro sobre alfabetização. **Revista Moçambros: acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa**, São Paulo, ano 1, n. 2, 2007. Disponível em:<http://www.revistas.usp.br/reaa/article/viewFile/11461/13229>. Acesso em: 10/04/2021.

MORAES, R. A. **A política educacional de informática na educação brasileira e as influências do Banco Mundial: do formar ao Proinfo: 1987-2005**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS, 7., 2006, Campinas. Atas. Campinas, SP: HISTEDBR, 2006. Disponível em: http://www.comunidadeproinfo.escolabr.com/leitura/raquel_moraes/Raqueldalmeidamoraes_histedbr2006.pdf. Acesso em: 12/04/2021

MORAN, J. M. **Mudanças na comunicação pessoal: gerenciamento integrado da comunicação pessoal, social e tecnológica**. São Paulo: Paulinas, 1998.

OLIVEIRA, P. de. **História da educação no brasil período jesuítico**. Rio de Janeiro, 2005.

QUARTIERO, E. M. **As tecnologias da informação e comunicação no espaço escolar: o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) em Santa Catarina**. 2002. 253 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2002.

ROSA, B. F. da L. **Métodos de alfabetização: contribuições para o 1º ano do ensino fundamental de nove anos**. UTFPR. Medianeira, 2013. Disponível em:http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4250/1/MD_EDUMTE_2014_2_13.pdf. Acesso em: 10/04/2021.

SAVIANI, D. **A Nova Lei de Diretrizes e Bases**. In: Pro Posições, Campinas, n. 1, p. 7- 13, mar. 1990.

SILVA, C. R. **Alfabetização e letramento na Infância: a criança de seis anos no Ensino Fundamental**, 2005.

SILVA, V. E. da; SILVA, F. B. da. Alfabetização e letramento nas séries iniciais. **Revista Saberes Docentes**. Juína-MT, v.3, n.5, 2018

SILVEIRA, S. A. **Exclusão digital: a miséria na era da informação**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.